



QUESTÃO AMBIENTAL E SEUS REBATIMENTOS NA AMAZÔNIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Thaynara Reis do Nascimento Cruz¹
Jéssica Daiane de Lemos Rodrigues²
Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha³

RESUMO: O presente artigo propõe-se discutir os rebatimentos da “questão ambiental” na Amazônia. O estudo tem como base a pesquisa bibliográfica e documental, partindo da análise da contribuição de autores que se debruçaram em estudar a crise ambiental. Em seguida, mostraremos os rebatimentos da questão ambiental e as possíveis intervenções para região amazônica, dentro da lógica da sustentabilidade. A nova racionalidade do capital embasada na globalização econômica busca explorar intensivamente os recursos naturais em prol da manutenção dos lucros. Vale destacar que, esse processo de mercantilização da natureza traz impactos sociais, culturais e ambientais.

Palavras chave: Questão ambiental; Amazônia; Sustentabilidade.

ABSTRACT: The present article proposes to discuss the refutations of the "environmental question" in the Amazon. The study is based on bibliographical and documentary research, starting from the analysis of the contribution of authors who have studied the environmental crisis. Next, we will show the refutations of the environmental question and the possible interventions for the Amazon region, within the logic of sustainability. The new rationality of capital based on economic globalization seeks to intensively exploit natural resources for the maintenance of profits. It is worth mentioning that this process of commodification of nature brings social, cultural and environmental impacts.

Keywords: Environmental issue; Amazônia; Sustainability

¹ Graduada em Serviço Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e-mail: thaynaranascimento20@gmail.com

² Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia em. e-mail: jdrlemos_23@live.com

³ Graduada em Serviço Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e-mail: maylorenasilva@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre a crise ambiental ganhou destaque, a partir da crise do capitalismo nas décadas de 1970-80. Segundo Silva (2010) esse período foi marcado por debates em nível mundial sobre o meio ambiental e a escassez de seus recursos naturais. A discussão em torno dos recursos da natureza se dá sob a denominação de “desenvolvimento sustentável”.

Leff (2009) destaca que, o discurso do desenvolvimento sustentável foi oficializado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 1992, no Rio de Janeiro. Porém, foi no ano de 1972 em Estocolmo que a consciência ambiental se expandiu e ganhou caráter político mundialmente, após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano.

A busca pela sustentabilidade ecológica, econômica e social, impulsionou na década de 1990, a redefinição de muitas políticas públicas idealizadas pelo Ministério do Meio Ambiente e pela secretaria Especial para a Amazônia. O programa de Proteção às florestas tropicais brasileiras (PPG7), criado nesse período objetivou o fortalecimento das comunidades locais, visando promover um desenvolvimento sustentável (ESTERCI, et al., 2002).

Porém, a implementação do desenvolvimento sustentável na Amazônia trouxe algumas contradições entre seus objetivos e as formas de sua implementação. Sachs (1986) cita alguns modelos implantados na região Amazônica que demonstram essa contradição, tais como: o projeto da estrada transamazônica e do Plano de Grande Carajás, os quais trouxeram grandes impactos sociais, culturais e ambientais.

Assim, o presente trabalho objetiva discutir a questão ambiental na realidade Amazônica, pontuando primeiramente, os principais marcos da discussão sobre a chamada “crise ambiental a nível mundial, nacional e local, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. Em seguida, mostraremos os rebatimentos da crise ambiental e as possíveis intervenções para região Amazônica, dentro da lógica da sustentabilidade.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL A PARTIR DA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No decorrer de décadas fomentou-se uma gama de estudos e pesquisas que demonstram dados alarmantes no tocante à intensificação das problemáticas relacionadas ao meio ambiente, sobretudo, no que diz respeito à significativa exaustão dos recursos naturais. Na década de 1950 os debates acerca da questão ambiental passam a ganhar espaço em escala global, entretanto somente a partir de 1970 é que são engendradas propostas alternativas para saída da crise ambiental instaurada. É neste contexto que as discussões acerca do desenvolvimento sustentável ganham centralidade política e econômica.

O ano de 1972 é palco de um dos eventos pioneiros sobre a questão do desenvolvimento sustentável, a Conferência de Estocolmo. Sob influência do Relatório do Clube de Roma, é na Conferência de Estocolmo que são salientados os limites da razão econômica e os desafios da degradação ecológica ao projeto civilizatório da sociedade moderna. Desta forma, a Conferência representa um marco dos discursos sobre a problemática ambiental, enquanto objeto das políticas públicas (LEFF, 2005).

Mais tarde, no ano de 1984 foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o propósito de contribuir no processo de avaliação dos níveis de degradação ambiental, bem como das políticas ambientais gestadas para o enfrentamento da problemática. Três anos depois a referida Comissão foi publicado o livro “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório de Brundtland ou Informe Brundtland. Por meio deste documento oficializou-se uma definição clássica para desenvolvimento sustentável, como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Em meio a um cenário de fortes empreendimentos do neoliberalismo no Brasil, em 1992 no Rio de Janeiro, ocorreu a Rio-92, também conhecida como Eco-92. Este grandioso e tão importante evento, contou com a presença de 178 países, onde por meio de muitas discussões propuseram-se práticas e técnicas de desenvolvimento

sustentável que deveriam ser adotadas pelas nações, estados e cidades, na busca pela diminuição dos índices de depredação ambiental. A Rio-92 constituiu-se num marco internacional de extrema relevância para a confirmação de compromissos dos governantes de centenas de países quanto ao desenvolvimento sustentável. A Eco-92 contribuiu ainda para consolidar o conceito de desenvolvimento sustentável (LIRA; FRAXE, 2014).

Mediante o exposto, pode-se afirmar que, as duas principais conferências (Estocolmo e Rio-92) passam a engendrar na sociedade um debate significativo de que o desenvolvimento possui um viés altamente depreciativo, não somente do ponto de vista ambiental, mas, sobretudo no que se refere aos aspectos sociais e culturais. Nesta perspectiva sugere-se que o princípio da sustentabilidade deve considerar também a qualidade de vida e a equidade social entre os povos e sociedades (NASCIMENTO, 2012).

Diante destes marcos históricos que debatem sobre a questão ambiental, muitos estudiosos se voltaram para pesquisar as reais causas desta problemática. Neste sentido, existem autores que retratam a questão ambiental como estando intrinsecamente relacionada com os processos produtivos do capitalismo em suas diversas fases de acumulação, até o acontecimento do chamado capitalismo financeiro.

Sobre isso Silva (2010), expõe que o modo predatório de acumulação capitalista tem ocasionado uma profunda crise ambiental, no que concerne à dilapidação da natureza. Desta forma, para a autora a causa da questão ambiental tanto no contexto internacional, quanto nacional e regional, encontra-se intimamente relacionada à ordem burguesa.

A questão ambiental só pode ser superada com o rompimento da cultura produtivista e consumista nas sociedades, sobretudo, nos países centrais e entre as classes mais elitizadas, haja vista que não é a classe mais pauperizada que mais produzem ou consomem, conforme identificados nos discursos ideológicos defendidos pelo capital, ao afirmarem que os pobres são ao mesmo tempo vítimas e agentes da questão ambiental (SILVA, 2010).

Leff (2009) expõe que a articulação entre os processos ecológicos, culturais e tecnológicos, pode ser tida como estratégia de enfrentamento para a questão

ambiental, na medida em que propicia potenciais indicadores de desenvolvimento sustentável. Para o referido autor, essa perspectiva de desenvolvimento sustentável não opõe os interesses de conservação e de desenvolvimento, pois este modelo de produção apresenta-se sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental, tendo em vista que preserva os modos tradicionais de desenvolvimento, pautado nas heranças culturais.

Sachs (1986, p. 98) apresenta a proposta do ecodesenvolvimento enquanto uma alternativa estratégica para minimizar os efeitos deletérios do desenvolvimento em diversas localidades, para o referido autor, “ecodesenvolvimento é, acima de tudo, uma abordagem que convida o planejador a mudar sua visão tradicional do processo de desenvolvimento”. Para o autor, tal abordagem é capaz de possibilitar o desenvolvimento global, integrando questões ambientais, sociais, econômicas, culturais, éticas e de participação sociais, evitando assim, o elevado custo social aos países subdesenvolvidos.

Na busca por uma alternativa capaz de promover o desenvolvimento sustentável, Leff (2009) enfatiza que deve-se buscar o fomento de uma nova racionalidade, ou seja, gerar uma nova forma de pensar e agir nas pessoas. Isso porque, para o referido autor a noção de desenvolvimento sustentável que vem sendo disseminada nas últimas décadas, não é capaz de solucionar a problemática ambiental.

Portanto, ressalta-se a importância de conceber um modelo de desenvolvimento sustentável que preze o desenvolvimento não apenas no viés econômico, mas, sobretudo, social, ambiental e cultural. Somente desta forma será possível diminuir os elevados índices de degradação ambiental em escala planetária.

A seguir abordar-se-á acerca dos rebatimentos da problemática ambiental na Amazônia, do ponto de vista social, cultural e ambiental.

3. A QUESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA: IMPACTOS SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS

A questão ambiental, atualmente, tem sido pauta na discussão de vários países. A Amazônia está presente em praticamente todas essas discussões, pelo fato de ser vista como grande recurso natural. O que muitos não põem em pauta, é o fato dela também estar relacionada aos povos da Amazônia, sua cultura e formas de vida. Em seus escritos, Teixeira (2009) retrata que a Amazônia tem vocação para a abundância, fartura, riqueza e alegria, entretanto, o capital adentrou-a e trouxe consigo a escassez, a pobreza e a humilhação do oprimido.

Claramente os limites impostos pela natureza estão sendo cada vez mais ultrapassados pela lógica capitalista, contudo, os impactos também são notáveis para o meio ambiente. A partir do chamado desenvolvimento sustentável, o mundo inteiro se mobiliza na construção de novas estratégias que minimizem os impactos causados pelo processo de degradação. Nesse sentido, Esterici (2002) ressalta a atenção especial que a Amazônia tem tido em todos os aspectos, ocupando uma posição singular frente às questões ambientais que vem sendo debatidas atualmente.

Atualmente os ataques invertidos contra as terras amazônicas, segundo Almeida (1994) ameaça os direitos das populações que ali habitam. A invasão de terra, exploração de recursos etc são algumas das causas que influenciam para a mobilização desses grupos (a saber, indígenas, extrativistas, seringueiros, pescadores, ribeirinhos etc.). A partir do momento eles compreendem a importância de conhecer seu espaço no sentido político é, então, quando buscam alternativas para sua proteção

Segundo Almeida (1994) o Brasil possui muitas populações tradicionais indígenas e não indígenas que apresentam uma variedade de modos de vida e cultura. Por viverem muitas vezes em áreas isoladas das cidades, desenvolveram: dependência ao ciclo natural, um conhecimento desses ciclos biológicos dos recursos naturais, simbologias.

Na década de 1930, foram implantadas nesses espaços as chamadas áreas protegidas. Para o movimento ecológico preservacionista a presença humana em ambiente natural é negativa. A partir dos anos 1980, período da redemocratização no

Brasil surgiu os movimentos ambientalistas. Diante da crescente pauperização social oriunda dos grandes projetos desenvolvimentistas do período da ditadura militar, os movimentos repensam as funções dos parques (áreas protegidas) como uma forma de usurpação dos direitos das populações que ali habitavam (ALMEIDA, 1994).

Outro fator decorrente do processo atual em relação à questão ambiental na Amazônia, conforme Roue (1997) é o etnocentrismo em relação aos povos tradicionais. Este que traz um grande risco de idealizar os saberes desses grupos, e, além disso, extrair desses saberes princípios e reaplicá-los em outros contextos. A autora chega à conclusão de que o sistema adotado por essas populações são ecologicamente melhores do que os modernos e, na verdade, eles possuem o saber, visão de mundo de técnicas, estratégias e produção dos quais necessitamos. Vale ressaltar, no dizer de Castro (1997), que os conhecimentos gerados nas comunidades tradicionais é fator de debate no mundo inteiro.

Segundo Castro (1997) para os “povos tradicionais”, o uso da terra não está dissociado de ritos sacros de festividades e sociabilidade grupal. O processo de acumulação do conhecimento desses povos é passado de geração para geração. São as maneiras de interagir sobre o território, que são criadas as relações sociais. A adaptação deles no meio ecológico se dá por meio desses saberes.

A sustentabilidade na Amazônia, pensada em sua essência, possui grandes potências na luta pela sua defesa. Ela promove alternativas inteligentes e possíveis para causar menor impacto a nossa região, além de proteger os povos tradicionais e suas riquezas. Cavalcante (1997) destaca que, em qualquer parte do mundo existem vários desafios para se atingir a sustentabilidade.

Na análise do autor prevaleceu-se no Brasil iniciativas que não levaram em consideração o valor que a natureza possuía, pois tradicionalmente os recursos naturais foram explorados em exaustão, um exemplo citado no texto, é milhões de toneladas de manganês no Amapá sendo esgotados antes da década de 1990. Para o autor, a perda de capital natural como o manganês gera grandes impactos para as gerações futuras. Não basta somente um desenvolvimento econômico no país, é preciso reconhecer que esse, não considera a base ecológica do uso racional dos recursos naturais.

Um princípio importante de sustentabilidade são indicadores de informação que possibilitem dados sobre o progresso da qualidade de vida das pessoas (saúde, educação, meio ambiente saudável e etc.) e não pelo consumo material em detrimento das condições ambientais. É preciso conciliar crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais, criar hábitos de consumo, ou seja, mudanças no estilo de vida.

Segundo Cavalcante (1997), para que sejam formuladas políticas para a sustentabilidade precisa-se falar de reforma institucional, que construam instituições voltadas para proteger a biodiversidade de modo a mobilizar a sociedade a um tipo de desenvolvimento sustentável, promovendo estilos de vida menos intensivos do uso de recursos e também para proteger os direitos dos povos indígenas e tradicionais. Para que tal reforma seja viável deve-se considerar três parâmetros, a saber: educação, gestão participativa e diálogo.

Nesse sentido, para a Amazônia, tendo em vista a proposta de sustentabilidade, é imprescindível buscar a consciência de que a floresta dispõe de um enorme potencial de aproveitamento econômico, mas pouco se sabe utilizá-lo de forma racional e sustentável. Além disso, a própria gestão pública não parece avançar nesse sentido.

4. NOTA CONCLUSIVA

Diante do exposto, foi possível identificar que a chamada “questão ambiental” foi trazida como debate mundial, não como pauta para conscientização do uso dos recursos naturais, mas como estratégia do capitalismo em acumular lucros diante da redução das matérias-primas necessárias para a produção capitalista.

A grande preocupação trazida no presente debate relaciona-se com a formulação de políticas públicas que sejam capazes de efetivamente minimizar os impactos causados ao meio ambiente, especialmente no solo Amazônico.

Dessa forma, concluímos com a reflexão trazida por Leff (2009) quando afirma que é preciso potencializar e proteger os saberes locais para que se abra um

caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, onde as populações indígenas possam reapropriar-se desta natureza que lhes tem sido tomada pelo capital e pela dita globalização. Deve-se reconhecer o papel imprescindível das populações tradicionais, sobretudo no que tange às suas novas intervenções tecnológicas para com a natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INÇÃO, MA (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu paraense Emílio Geebeli, 1994.

CASTRO, Edna. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. In. Faces do tropico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. UFPA/NAEA, 1997.

CAVALCANTE, Clóvis. Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas In: Clóvis Cavalcante (Org.). Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva- São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

ESTERCI, Neide. et. al. Diversidade Sociocultural e políticas ambientais na Amazônia. **Boletim Rede Amazônica**, Ano 1, nº1, 2002.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; LIRA, Sandro Haoxovell de. **O percurso da sustentabilidade do desenvolvimento: aspectos históricos, políticos e sociais**. In: Revista Monografias Ambientais – REMOA, V. 14, N. 2: Março, 2014, p. 3172 – 3182.

JACOBI, Pedro. **Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão**. In: Clóvis Cavalcante (Org.) – Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão – São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

LEFF, Henrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

NASCIMENTO, E. P. do. **Trajatória da sustentabilidade: do social ao ambiental, do ambiental ao econômico**. Estudos Avançados (USP. Impresso), v. 26, p. 51-64, 2012.

ROUE, Marie. **Novas perspectivas em etnoecologia: saberes tradicionais e gestão dos recursos naturais.** In: CASTRO, Edu Pinton, Florence (Org.). Faces do trópico úmido. UFPA/NAEA/CNRS, 1997.

SACHS. Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O desafio da Inclusão social no cenário atual brasileiro e amazônico.** In. SCHERER, Elenise. Questão Social na Amazônia. Manaus, EDUA, 2009.